

RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO

A presente contratação direta decorre da análise técnica e estratégica empreendida no âmbito do processo administrativo, em estrita observância ao disposto no art. 72, da Lei Federal nº 14.133/2021, a qual exige a demonstração fundamentada da razão da escolha do contratado. Após a devida instrução com Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR), ambos previamente aprovados, restou evidenciado que a solução ofertada pelo **Portal de Compras Públicas** apresenta a maior aderência às necessidades operacionais, normativas e de interesse público do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapeçerica – CIMMVI.

A escolha da referida plataforma resultou de um processo comparativo realizado a partir da identificação de diversas soluções tecnológicas atualmente disponíveis no mercado para operacionalização de certames licitatórios por meio eletrônico.

Neste contexto, foram avaliados fatores como conformidade com as exigências legais (inclusive integração ao Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP), funcionalidades ofertadas, capacidade de suporte técnico, experiência de mercado, infraestrutura tecnológica, segurança da informação e adequação aos princípios que regem a Administração Pública, notadamente a eficiência, economicidade, publicidade e interesse público.

A solução também se mostrou compatível com as necessidades específicas do Consórcio, notadamente quanto à possibilidade de parametrização de módulos, capacitação de agentes públicos e estruturação da governança contratual.

Cabe salientar que a contratação da plataforma não implicará qualquer dispêndio financeiro direto para o CIMMVI, uma vez que os custos operacionais da tecnologia são arcados exclusivamente pelos fornecedores que voluntariamente optam por participar dos certames, o que não configura tarifação pública, mas mero ressarcimento privado decorrente da livre iniciativa.

Por fim, a opção pela contratação direta encontra respaldo no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, diante da vantajosidade demonstrada no procedimento, da economicidade resultante e da inexistência de prejuízo à competitividade ou ao interesse público. Sendo assim, o contratado foi devidamente identificado e selecionado com base em critérios técnicos objetivos, garantindo-se a legalidade, a transparência e a legitimidade do procedimento.

Divinópolis/MG, 01 de agosto de 2025.



Ruan Brandão Raposo Simões
Chefe do Departamento de Licitações - CIMMVI